



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

08 de março de 2018

- BOM JARDIM – Condenação do ex-prefeito Antônio Roque Portela em função de falta de prestação de contas de convênio
- IMPERATRIZ - Roda de conversa sobre violência doméstica
- PAÇO DO LUMIAR - Reunião sobre cumprimento de sentença contra BRK Ambiental
- Aumento de número de casos de feminicídio
- SÃO LUÍS – Desabamento de prédio na Rua Celso Magalhães
- SÃO LUÍS - Dívida de R\$ 2 milhões do Uber à Secretaria Municipal de Fazenda
- SÃO LUÍS - Esclarecimentos do deputado estadual Cabo Campos sobre supostas agressões à companheira dele
- SÃO LUÍS - Pedido de suspensão do mandato do deputado estadual Cabo Campos pela procuradora da mulher da Assembleia Legislativa
- SÃO LUÍS - Problemas no trânsito da Vila Palmeira
- SÃO LUÍS – Revitalização do casarão da UFMA na Rua do Sol
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	01
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

**Ex-prefeito de
Bom Jardim
é condenado
por não prestar
contas de
convênio**

PÁGINA 3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
		Outros	
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	03
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Ex-prefeito de Bom Jardim é condenado por não prestar contas de convênio

O Poder Judiciário em Bom Jardim publicou na segunda-feira (5) sentença na qual condena, por atos de improbidade administrativa, o ex-prefeito Antônio Roque Portela. De acordo com a sentença, ele deverá ressarcir o erário o valor de R\$ 163 mil, referente a convênios que não tiveram a devida prestação de contas. O ex-gestor deverá, ainda, pagar multa civil no valor correspondente a cinco vezes o valor da remuneração mensal recebida à época dos fatos (dezembro de 2012), enquanto exercia o cargo de Prefeito de Bom Jardim. Ele já havia sido condenado em maio do ano passado, por contratação

irregular de serviços, obras e aquisições.

A sentença também condena o ex-prefeito à suspensão de seus direitos políticos por cinco anos (a contar do trânsito em julgado da decisão) e, ainda, à proibição de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de três anos. A multa civil deverá ser revertida em favor do erário municipal de Bom Jardim, já que os recursos repassados pelo referido convênio passaram a integrar os cofres

municipais no período.

Conforme a sentença - que tem como autor o Município de Bom Jardim - Antônio Roque, enquanto prefeito, celebrou os Convênios N° 277/2007 e 442/2007, entre a Secretaria Estadual de Saúde SES/MA e o Município de Bom Jardim, para a construção de abastecimento de água na localidade Porto Seguro e ampliação e reforma de dois Postos de Saúde nos povoados Novo Carú e São Pedro Carú. Alega que o então gestor, mesmo tendo recebido as verbas dos convênios, deixou de realizar a devida prestação de contas.

O autor anexou ao pro-

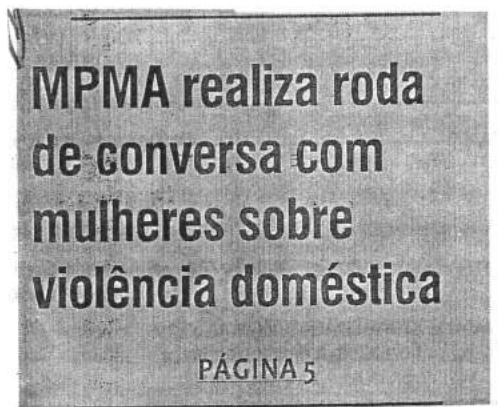
cesso cópia dos ofícios emitidos pela Secretaria Estadual de Saúde requisitando informações acerca da irregularidade encontrada nas prestações de contas referentes ao convênios, que tornaram o município de Bom Jardim inadimplente. O ex-prefeito apresentou contestação pedindo que fosse declarado extinto o processo sem análise do seu mérito, e que fosse reconhecida a inadequação da ação de improbidade. Após intimação, Antônio Roque manifestou-se, requerendo a produção de vistoria por oficial de justiça nos locais dos poços objetos dos convênios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia Outros <i>Capa</i>	
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	<i>01</i> <input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	<i>hora Extra</i>
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG. <i>05</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA realiza roda de conversa com mulheres sobre violência doméstica

O Ministério Público do Maranhão iniciou na segunda-feira, 5, no auditório das Promotorias de Justiça de Impe-tratriz, as atividades do projeto Conversando com Elas. O evento é parte de uma ação elaborada pela 8ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Mulher que visa orientar, discutir e alertar sobre a violência contra a mulher.

A coordenadora do projeto e titular da Promotoria, Alline Matos Pires, explicou como teve origem a Lei Maria da Penha, inspirada na farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que, depois de sofrer duas tentativas de homicídio em 1983,

tomou coragem e denunciou o marido.

Após 15 anos sem conclusão do julgamento, o caso de Maria da Penha foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que publicou relatório responsabilizando o Estado brasileiro, em 2001, por omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres.

A OEA recomendou a adoção de várias medidas, como a finalização do processo penal e a prisão do ex-marido, além da criação de políticas públicas voltadas para a prevenção, punição e combate

à violência doméstica. Nesse contexto surgiu a Lei Maria da Penha.

A promotora de justiça disse que a Lei Maria da Penha se aplica no âmbito doméstico, familiar ou em qualquer situação íntima de afeto. Por isso, mulheres que foram vítimas de violência de pais, maridos, filhos, tios, irmãos ou ex-companheiros são amparadas pela lei. "A violência pode se dar das mais diversas formas, tais como física, psicológica, moral, sexual e patrimonial", informou.

O Ciclo da Violência - Segundo a promotora, a violência ocorre de maneira cíclica. A primeira fase é a evolução

da tensão. Depois vem a explosão, quando se dá a agressão de fato. A terceira é chamada de lua de mel, quando o agressor pede perdão e, geralmente, a vítima o concede. No entanto, ela explica que, por ser um ciclo, as etapas voltam a ocorrer e, muitas vezes, com maior intensidade.

Alline Matos encoraja as mulheres a denunciarem seus agressores e não se culpabilizarem por isso.

Ao final da conversa, visando valorizar e enaltecer a autoestima da mulher, houve uma orientação de uma consultora de cuidados com a pele e sorteio de brindes para as participantes do evento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros	Estado		
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	06
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Matões do Norte

MPMA cobra nomeação de aprovados em concurso público

A Promotoria de Justiça de Cantanhede ingressou, no último dia 1º, com uma Ação Civil Pública contra o Município de Matões do Norte (termo judiciário da comarca), na qual cobra a exoneração de profissionais contratados irregularmente e a nomeação dos aprovados em concurso público.

As investigações do Ministério Público apontam que o atual prefeito, Domingos Costa Correa, realizou uma série de contratações sem prévia aprovação em concurso público. Informações como a relação dos contratados, com datas e cópias dos contratos, só foram obtidas pela Promotoria após decisão judicial. Verificou-se que vários dos profissionais contratados assumiram cargos para os quais existiam aprovados em concurso público dentro do prazo de validade, como médico, assistente social, psicólogo e professor. Em uma reunião realizada na Promotoria de Justiça, em 22 de janeiro, o Domingos Correa se comprometeu a apresentar um cronograma de nomeação dos 84 candidatos aprovados dentro do número de vagas no último certame, o que não aconteceu. "A verdade é que aprovados no concurso público são obrigados a ver pessoas não



Prefeito de Matões do Norte deverá nomear candidatos aprovados em concurso

aprovadas no certame ingressarem no serviço público simplesmente porque seu maior atributo é ser aliado político do prefeito, gerando revolta nos pais de família que, por mérito, conquistaram a tão almejada aprovação no concurso público, o que, ressalte-se, tem

validade apenas até maio", observa, na ação, o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr. A ação conta que, durante a semana de capacitação pedagógica promovida pelo Município, entre 20 e 23 de fevereiro, oportunidade em que estava presente o prefeito de Matões do Norte, o presidente da Câmara de Vereadores teria informado aos presentes que "os contratos já estão sendo preparados, em uma clara referência de que as contratações de temporários continuarão". O Ministério Público pede que a Justiça determine, em medida liminar, a nulidade de todas as contratações de servidores para cargos efetivos sem prévia aprovação em concurso público, em especial para aqueles em que haja aprovados. O Município também deve se abster de contratar servidores irregularmente, sob pena de multa diária de R\$ 500 por servidor contratado, a ser paga pessoalmente pelo prefeito Domingos Costa Correa. Também foi pedida a condenação do Município de Matões do Norte à obrigação de contratar imediatamente os 84 candidatos aprovados no último concurso público e que estão dentro do número de vagas previstas no edital do certame



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate				
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> Polícia		Outros		Estado
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Improbidade

Ex-prefeito de Bom Jardim é condenado por não prestar contas de convênio

O Poder Judiciário em Bom Jardim publicou nesta segunda-feira (5) sentença na qual condena, por atos de improbidade administrativa, o ex-prefeito Antônio Roque Portela. De acordo com a sentença, ele deverá ressarcir o erário o valor de R\$ 163 mil, referente a convênios que não tiveram a devida prestação de contas. O ex-gestor deverá, ainda, pagar multa civil no valor correspondente a cinco vezes o valor da remuneração mensal recebida à época dos fatos (dezembro de 2012), enquanto exercia o cargo de Prefeito de Bom Jardim. Ele já havia sido condenado em maio do ano passado, por contratação irregular de serviços, obras e aquisições.

A sentença também condena o ex-prefeito à suspensão de seus direitos políticos por cinco anos (a contar do trânsito em julgado da decisão) e, ainda, à proibição de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja

sócia majoritária, pelo prazo de três anos. A multa civil deverá ser revertida em favor do erário municipal de Bom Jardim, já que os recursos repassados pelo referido convênio passaram a integrar os cofres municipais no período. Conforme a sentença - que tem como autor o Município de Bom Jardim - Antônio Roque, enquanto prefeito, celebrou os Convênios N° 277/2007 e 442/2007, entre a Secretaria Estadual de Saúde SES/MA e o Município de Bom Jardim, para a construção de abastecimento de água na localidade Porto Seguro e ampliação e reforma de dois Postos de Saúde nos povoados Novo Carú e São Pedro Carú. Alega que o então gestor, mesmo tendo recebido as verbas dos convênios, deixou de realizar a devida prestação de contas.

O autor anexou ao processo cópia dos ofícios emitidos pela Secretaria Estadual de Saúde requisitando informações acerca da irregularidade encontrada nas prestações de contas referentes aos convênios, que tornaram o município de Bom

Jardim inadimplente. O ex-prefeito apresentou contestação pedindo que fosse declarado extinto o processo sem análise do seu mérito, e que fosse reconhecida a inadequação da ação de improbidade. Após intimação, Antônio Roque manifestou-se, requerendo a produção de vistoria por oficial de justiça nos locais dos poços objetos dos convênios.

"De acordo com a documentação acostada aos autos, o convênio não teve sua prestação de contas apresentadas de forma regular até a data da presente ação, não havendo quaisquer documentos nos autos que demonstre o contrário. A administração pública encontra-se obrigada ao princípio da legalidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, só podendo agir conforme a lei", frisou o juiz.

A sentença explica que, considerando que não foi apresentada a prestação de contas e sendo inviável apurar se os recursos foram devidamente aplicados, deduz-se a extrema gravidade dos atos contra os interesses da coletividade, devendo o ex-gestor, portanto, ser condenado ao ressarcimento integral do dano, equivalente ao valor repassado ao Município por decorrência do referido convênio, no importe total de R\$ 163.424,82 (cento e sessenta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	() O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra	() A tarde	() Correio de Notícias	() O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA			
() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	() Geral	() Polícia () Outros
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

BRK/Odebrecht Juiz recebe gestores de Ribamar e Paço do Lumiar para discutir cumprimento de sentença

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, recebeu em audiência o prefeito de São José de Ribamar, Luís Fernando; a vice-prefeita de Paço do Lumiar, Maria Paula; e o presidente da Agência Executiva Metropolitana do Estado (Agem), Pedro Lucas Fernandes, na última segunda-feira (5), para tratar do cumprimento da sentença que declarou nulidade dos contratos de prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico – CISAB, inclusive do contrato de concessão firmado com a Odebrecht Ambiental Maranhão (BRK Ambiental Maranhão S.A.). Segundo o magistrado, os gestores públicos buscaram discutir as questões em relação ao processo de exclusão da companhia Odebrecht Ambiental e a continuidade dos serviços de abastecimento de água à população. “A empresa tem o prazo de 30 dias, após a intimação, para deixar de executar os serviços, enquanto os municípios de Ribamar e Paço têm o mesmo prazo para evitar a interrupção dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário”, explicou o juiz. Os municípios apresentaram algumas preocupações ao magistrado, como as dificuldades



Juiz Douglas de Melo Martins recebe gestores de São José de Ribamar e Paço do Lumiar

inerentes a prazos de tramitação dos processos legislativos, licitatórios, dentre outros, para a mudança no gerenciamento do sistema de abastecimento. “As empresas BRK/Odebrecht e demais partes ainda têm os prazos de recursos, e só depois das intimações correrá o prazo de 30 dias para a substituição e, naturalmente, para a nova contratação”, explicou Douglas Martins. Ainda de acordo com o magistrado, a presença dos gestores públicos na Vara de Interesses Difusos e Coletivos transmite uma mensagem de interesse em cumprir a determinação judicial e resolver os problemas, com o objetivo de garantir que esses serviços essenciais sejam prestados com a máxima eficiência.

ENTENDA

No último dia 28, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos declarou nulo todos os contratos para prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico – CISAB com a Odebrecht Ambiental Maranhão (BRK Ambiental Maranhão S.A.). A ação foi proposta pelo Ministério Público Estadual contra o CISAB (Pró-Cidade), o Município de São José de Ribamar, o Município de Paço do Lumiar, o Estado do Maranhão, a Odebrecht Ambiental – Maranhão S.A. (BRK Ambiental Maranhão) e a Odebrecht Ambiental S.A. Consta na sentença que a ação civil pública apontou irregularidades na formação do consórcio público intermunicipal

e no processo de licitação de contratação da Odebrecht Ambiental. Segundo o Ministério Público, a Lei Municipal nº 553/2013, que criou o consórcio, foi publicada no Diário Oficial do Estado na data de 25/11/2013, mas que o protocolo de intenções e os Anexos I, II, e III não foram publicados. A Lei Complementar 29/2013 foi publicada no Jornal da Fajem, em 30/12/2013, e também os anexos e o protocolo de intenções não teriam sido publicados. O MP refere que dentre os documentos não publicados estariam as Disposições Gerais do Regulamento de Serviços Públicos e a instituição da Taxa de Resíduos Sólidos Urbanos – TRSU, dentre outras irregularidades.

Bacabal terá aeroporto reaberto e receberá obras da educação em tempo integral

O aeroporto de Bacabal será reaberto para operações aéreas, desta vez, funcionando em acordo com as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A solenidade de reinauguração será hoje (8), às 9h, e terá presença do governador Flávio Dino. O evento integra a agenda de Governo no município, que terá ainda a assinatura da ordem de serviço para início das obras de uma escola de educação integral.

O espaço, que estava interditado desde 2008 por inadequações, recebeu serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de uma série de melhorias estruturais executadas pelo Governo do Estado. “Foi priorizado o que preconiza a Anac, garantindo assim a segurança das operações em todo o sítio aeroportuário. Outras cidades que possuem aeroportos também estão com obras em andamento”, enfatizou o secretário

de Estado de Indústria, Comércio e Energia (Seinc), Simplício Araújo. O governo do Estado, por meio da Seinc, firmou Termo de Convênio em 2015 com fins a realização das obras de reforma do espaço. O aeroporto recebeu reparos na estrutura de apoio, sinalização horizontal da pista, áreas verdes e manutenção de cerca patrimonial, atendendo as normas de segurança para a reabertura das operações aéreas. O aeroporto vai possibilitar ações sociais, campanhas de vacinação, o transporte de urgência e servir como base de apoio às operações policiais. “O aeroporto atenderá as demandas da região central dentro dos padrões que contemplem o

município e localidades próximas nas áreas de saúde e segurança pública”, reitera Simplício. Para as obras, o Governo investiu mais de R\$ 500 mil, vindos Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão (FDI). A nova homologação do aeroporto de Bacabal tem validade de 10 anos. A agenda segue com assinatura da ordem de serviço oficializando o início das obras da Unidade Integrada Raimundo Ferro do Lago - Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC). A escola ensino médio em tempo integral prosseguindo o projeto do Governo de ampliar o acesso à educação integral. Para as reformas, foram investidos mais de R\$ 3,2 milhões.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso (X) Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 08 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

AGRESSÃO:

Deputado Cabo Campos admite erro e pede perdão

Depois de cerca de uma semana, o deputado Cabo Campos (DEM) reapareceu na Assembleia Legislativa. Ele usou a tribuna para justificar a agressão que fez a sua esposa Maria José Campos e pedir perdão. Além disso, Campos pediu aos colegas de parlamento que não o julguem.

Cabo Campos voltou a aparecer na Assembleia um dia após a deputada Valéria Macedo (PDT), que presidente a Procuradoria da Mulher na Casa, anunciar que pediria o afastamento do democrata de sua atividade parlamentar por 60 dias.

A reparação do deputado também ocorreu depois de ser divulgado um boletim de ocorrência de sua filha, Laila Campos, que acusa a mãe de agressão por discordar de sua orientação sexual.

DISCURSO

Em seu discurso, que teve direito a choro, Cabo Campos afirmou que ape-



Cabo Campos pediu aos colegas de parlamento que não o julguem pela agressão que cometeu contra a esposa

nas reagiu as agressões que sofreu por parte de sua companheira. Campos pediu ainda perdão pelo erro.

"Eu quero aqui me render a todos os senhores e senhoras, pedir desculpas, pedir perdão, pelos meus

erros. Sou humano. 'Um deputado é um super homem'? Não é", disse chorando.

O deputado pediu ainda que não seja julgado pelos colegas e reclamou da imprensa afirmando já ter sido julgado pelos meios de comunicação.

"Eu quero pedir para meus irmãos parlamentares: eu já fui julgado pela mídia, eu já fui julgado pelas pessoas que estão acima da decência e vou ver julgado pelos tribunais. Por favor, também não me julguem", afirmou.

REPRESENTAÇÃO

Mesmo com o discurso na tribuna, Cabo Campos não conseguiu fazer com que a deputada Valéria Macedo não entrasse com o pedido para o afastamento do democrata.

A pedetista entregou na manhã desta quarta-feira, 7, o pedido para que Cabo Campos seja afastado até a conclusão do inquérito policial que apura o caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	() O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra	() A tarde	() Correio de Notícias	() O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA			
(<input checked="" type="checkbox"/>) Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia
Outros			
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	03
() Gerada		() Espontânea () Positiva () Negativa	

Denúncia de violência contra a mulher agita plenário da Assembleia Procuradora pede suspensão do mandato de Cabo Campos

MANOEL SANTOS NETO

A procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, deputada Valéria Macedo (PDT), formalizou, nesta quarta-feira (7), pedido de suspensão do mandato do deputado Cabo Campos (DEM) por um período de até 60 dias. Campos foi acusado pela própria esposa, Maria José Brandão Marques Campos, com quem é casado há 26 anos, de tê-la agredido com socos e pontapés na frente dos próprios filhos. Segundo a deputada Valéria Macedo, a medida cautelar foi pedida para que seja finalizado o inquérito que investiga o caso.

Ainda segundo a deputada, serão aguardadas as manifestações do Ministério Público e do Tribunal de Justiça sobre o caso para a abertura da Ação Penal e em seguida, será realizada uma representação na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, que pode cassar o mandato do deputado.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado na Delegacia Especial da Mulher, no dia 4 de fevereiro, Maria José Campos foi atingida com golpes na cabeça e na boca, após uma discussão. O caso foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado porque o deputado tem prerrogativa de foro. Por conta de decisão proferida pelo desembargador José Luiz Almeida, Cabo



Valéria Macedo defende suspensão do mandato de Cabo Campos, que nega ter espancado a esposa

Campos está proibido de entrar em casa desde o dia 9 de fevereiro. Também foram expedidas outras medidas protetivas em favor da esposa dele. O parlamentar está proibido de chegar a menos de 200 metros dela e tentar qualquer tipo de comunicação.

Na sessão desta quarta-feira, a deputada Valéria Macedo afirmou que, uma vez formalizada a denúncia contra o deputado no Ministério Público do Maranhão, vai pedir a abertura de processo disciplinar na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa por quebra de decoro parlamentar.

Depois de protocolar o pedido de suspensão temporária do exercício do mandato do deputado Cabo Campos, a deputada Valéria Macedo explicou que esta representação será encaminhada à Presidência da Assembleia Legislativa, e depois chegará à Comissão de Ética.

"Nós temos que repudiar claramente qualquer tipo de violência contra a mulher. Então entramos sim com a medida cautelar, está aqui protocolada hoje na Assembleia Legislativa, no Protocolo. Nós queremos uma posição da Comissão de Ética a respeito de todas as justificativas, de todas as informações que colocamos nessa representação. Da mesma forma continuo defendendo que a Comissão de Ética tem que se posicionar frente à representação do Fórum de Mulheres. E acredito que esta Casa tem o dever moral e a dignidade de analisar esse caso como deve ser analisado, por todos os fatos que têm sido divulgados na imprensa e aqui nesta tribuna", frisou Valéria Macedo.

Cabo Campos nega agressão, chora, pede perdão e diz que reconstruirá sua família

Com um discurso emocionado, o deputado Cabo Campos (DEM) negou, na manhã desta quarta-feira (7), ter agredido sua esposa, Maria José Campos, a socos e pontapés. Ao ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa, ele chorou e sustentou a mesma versão apresentada pela filha, Laila Marques Campos, de que 'apenas' reagiu a agressões da companheira.

Cabo Campos frisou que as imagens da esposa com colar cervical são recorrentes depois que ela caiu lavando um terraço em casa. E desculpou-se e pediu perdão: "Eu quero aqui me render a todos os senhores e senhoras, pedir desculpas, pedir perdão, pelos meus erros. Sou humano. 'Um depeuido é um super homem'. Não é", declarou.

Às lágrimas, Cabo Campos reclamou da repercussão do caso na imprensa e redes sociais. E pediu que os seus colegas parlamentares também não o julguem. "Amo minha família, amo minha esposa. Não há maldade no coração da minha esposa. Não há. E esse entendimento nós vamos ter posteriormente. E eu quero pedir para meus

irmãos parlamentares: eu já fui julgado pela mídia, eu já fui julgado pelas pessoas que estão acima da decência e vou ser julgado pelos tribunais. Por favor, também não me julguem".

Logo no início de seu discurso, Cabo Campos disse que havia tomado a decisão de que não iria falar em hipótese alguma sobre o caso: "Este caso, desde o primeiro momento, chocou a todos. Eu fui crucificado, fui julgado e condenado à revelia. Nesse julgamento, eu falava para algumas pessoas que ia morrer calado. Para resguardar o mínimo de intimidade, o mínimo daquilo que se chama família, porque existe coisa que só acontece na família e deve permanecer na família", assinalou.

Cabo Campos declarou que teve que enfrentar um histórico de violência de sua esposa contra a própria filha, Laila Marques Campos, porque esta tivera a coragem de assumir a sua opção sexual. "Com isso também, por causa dessa situação, assim como minha filha também sofreu algumas agressões, eu também comeci a sofrer.

Até que chegou a noite em que eu tive que contê-la".

O deputado negou que tenha espancado a esposa: "Eu sou homem de 1.82. As pessoas disseram que eu espanquei a minha esposa, que eu dei chutes e pontapés na minha esposa. Eu pergunto uma coisa aos senhores: Se eu desse um soco na minha esposa, como é que ficaria o rosto dela? Se eu desse pontapés na minha esposa, como é que ficaria o corpo da minha esposa?", questionou. Ao encerrar seu discurso, Cabo Campos afirmou que sua filha chegou ao ponto de registrar um Boletim de Ocorrência, mas com o único entendimento que ela tinha naquele momento que era o de buscar ajuda para a mãe, ajuda psicológica e espiritual até para que ela pudesse ter entendimento da opção sexual da filha.

"Mas uma coisa eu quero fazer. Vou conseguir? Eu não sei se vou conseguir, senhores, eu não sei se irei conseguir, mas vou tentar até o final: reconstruir a minha família, doa a quem doer", ressaltou Cabo Campos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Campos rebate acusação de agressão e pede que se evitem julgamentos

Deputado estadual foi à tribuna da Assembleia após sua filha ter declarado à polícia que a crise familiar se deu porque a mãe não aceitou sua orientação sexual

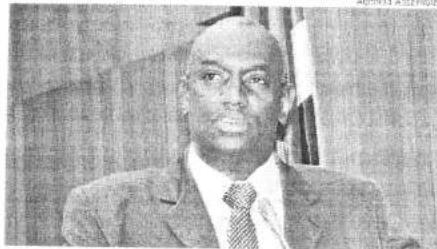
GILBERTO LIMA
Da colônia de Polícia

O deputado estadual Cabo Campos (DEM) apresentou ontem, em discurso na Assembleia Legislativa, sua primeira versão oficial após a denúncia de agressão formulada pela esposa, Maria José Campos - o que levou a Justiça estadual a adotar medidas protetivas, como a proibição de o parlamentar frequentar sua própria residência por 60 dias.

Às vezes chorando, o parlamentar sustentou, a um acento plênário, a mesma história apresentada recentemente pela filha do casal, Laila Campos, a de que reagiu a agressões da companheira depois de esta agir com agressividade contra a garota, que assumira recentemente a homossexualidade à família.

"Quando minha filha falou para minha esposa da sua orientação sexual, ela teve uma aceitação diferente da minha. Com isso, começou um histórico de violência da minha esposa contra a minha filha. Estou colocando aqui, senhores, as minhas vísceras para que todos possam ver. Por causa dessa situação, assim como minha filha também sofreu algumas agressões, eu também comecei a sofrer. Até que chegou a noite em que eu tive que contá-la", disse.

Ele contou notícias de que teria espancado a vítima. "Eu sou homem de 1,82m. As pessoas disseram que eu dei chutes e pontapés na minha esposa. Eu perguntei uma coisa aos senhores: se eu desse um soco na minha esposa, como é que ficaria o rosto dela? Se eu desse pontapés, como é que ficaria o corpo da minha



Cabo Campos tentou se explicar à Assembleia, mas processo segue

esposa?", questionou.

O parlamentar deu a entender, ainda, que as imagens da esposa com um colar cervical - surgidas na semana passada - não têm relação com agressões, mas são recorrentes depois que ela caiu lavando um terraço. E pediu desculpas. "Eu quero aqui me render a todos os senhores e senhoras, pedir desculpas, pedir perdão pelos meus erros. Sou humano. Um deputado é um super homem". Não é", declarou.

Ele reclamou, também, do julgamento por que está passando na imprensa. E pediu que os seus colegas parlamentares também não o julguem.

"Amo minha família, amo minha esposa. Não há maldade no coração da minha esposa. Não há. Esse entendimento nós vamos ter posteriormente. E eu quero pedir para meus irmãos parlamentares: eu já fui julgado pela mídia, já fui julgado pelas pessoas que estão acima da decência e vou ser julgado nos tribunais. Por favor, também não me julguem".

Processo

Apesar do discurso, a procuradora

da Mulher na Assembleia, deputada Valéria Macedo (PDT), confirmou que dará andamento ao pedido de afastamento do colega. A representação foi entregue pela pedetista ao presidente da Casa, deputado Otávio Neto (PCdoB), que deve garantir sua publicação no Diário da Casa para, então, ser votada pelos parlamentares em plenário.

"Hoje (ontem) o deputado Cabo Campos veio aqui, explicou a sua defesa, e isso é muito importante. Todos nós esperávamos isso. Mas eu quero aqui deixar claro que, como deputada, procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa, vou fazer o que é minha obrigação diante de todas essas denúncias: uma representação, que inclusive já protocoliei nesta Casa, com pedido cauteloso de suspensão temporária do mandato do Cabo Campos, por 60 dias. Essa representação vai à presidência, depois à Comissão de Ética para que analisem. Como disse, não fui eu, deputada Valéria Macedo, que denunciei. Apenas fiz aqui o meu papel de procuradora, mulher e defensora dos direitos da mulher", destacou.

CASSAÇÃO

Entidade quer perda do mandato

Além do pedido de afastamento por 60 dias, tramita na Casa pedido do Fórum Maranhense de Mulheres para cassação definitiva do mandato do parlamentar.

Para Andrea Murad, discurso não foi claro

A deputada Andrea Murad (MDB) voltou à tribuna após o pronunciamento do deputado Cabo Campos e levantou novamente o questionamento sobre a ocorrência. Para ela, o assunto não ficou claro, mesmo após os esclarecimentos.

"Eu torci muito para que ele viesse a esta tribuna desde a semana passada para dar uma explicação. Ainda bem que ele veio, mas continuamos sem saber. Cabo Campos bateu ou não bateu na mulher? Agrediu ou não agrediu? Infelizmente, não ficou claro. O deputado disse que está sendo julgado, mas não foram feitas acusações vazias. A própria Justiça reconheceu a violência contra a esposa. Ela prestou depoimento na polícia, a Justiça decretou medida protetiva, então não foi a mãe", frisou. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	
<input type="checkbox"/> Geral		<input type="checkbox"/> Polícia	
Outros			
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

AGRESSÃO.....

"Irei reconstruir a minha família", diz Cabo Campos

O deputado estadual Roberto Campos Filho, conhecido como Cabo Campos, veio a público na manhã de ontem (7), após o surgimento de denúncias de agressão do parlamentar contra a esposa, Maria José Campos. "Queria pedir perdão pelos meus erros, sou humano. Pedir perdão para todos", disse o deputado em lágrimas.

Cabo Campos afirmou, emocionado, que a situação da família não estava boa. "A situação den-

tro do meu lar não estava boa. Mas irei reconstruir a minha família", disse. O parlamentar fez, ainda, um apelo aos colegas: "Eu já fui julgado pela mídia e vou ser julgado nos tribunais. Por favor, também não me julguem".

A procuradora da Mulher na Alema, deputada Valéria Macedo, afirmou que irá pedir pelo afastamento do deputado Cabo Campos. "Há um caso de investigação formalizado, com todos os fatos contra o deputado acu-

sado pela sua própria esposa de agressão. Eu venho dizer isso lamentando profundamente essa horrível notícia de ser uma acusação feita a um colega desta casa que tanto tem o nosso apreço", disse a parlamentar.

A deputada disse, ainda, que o pedido não tem motivações pessoais. "Todas as ações que tenho tomado como procuradora da mulher, como mulher, que represento as mulheres nessa casa, não

têm nada pessoal contra o deputado Cabo Campos", disse Valéria. Segundo a deputada, no prazo de 60 dias a representação irá à presidência e, em seguida, à Comissão de Ética.

A família do deputado Cabo Campos tem vivido momentos de tensão desde o início de fevereiro. Maria José Campos, com quem o parlamentar é casado há 26 anos, denunciou o marido por violência doméstica no dia 4 do mês passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros Atos, Fatos e Bancos				
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Desce

Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. São 4.473 mortes dolosas em 2017, um aumento de 6,5% em relação a 2016. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Falta de padronização e de registros atrapalham monitoramento de feminicídios no país.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate	
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Nacional	
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	07
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados

O portal G1 publicou ontem (7) um levantamento sobre a violência contra a mulher, realizado pelo Monitor da Violência, uma parceria do portal com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o levantamento, houve um aumento de 6,5% no número de casos, em relação a 2016, quando foram registrados 4.201 homicídios (sendo 812 feminicídios). Isso sem contar o fato de que alguns estados ainda não fecharam os dados do ano passado, o que pode aumentar ainda mais a estatística.

Para Samira Bueno e Juliana Martins, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o levantamento mostra que não há o que comemorar no Dia Internacional da Mulher, nesta quinta (8). “Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Se considerarmos o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocuparia a 7ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 83 países.”

O delegado Janderson Lube, titular da Delegacia Especializada em Homicídios contra a Mulher do Espírito Santo, diz que têm ocorrido mais casos de homicídios de mulheres, de uma maneira geral, por envolvimento com o tráfico de drogas. “As mulheres acabam se envolvendo no mundo das drogas e são vitimadas por tais circunstâncias.”

O levantamento do Monitor da Violência revela que:

• O Brasil teve 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017 (um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior)

• Do total, 946 casos são feminicídios (dado considerado subnotificado)

• Em 2015, onze estados não



Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, aponta levantamento

registraram dados de feminicídios; em 2017, três ainda não tinham casos contabilizados

O Rio Grande do Norte é o que tem o maior índice de homicídios contra mulheres: 8,4 a cada 100 mil mulheres

O Mato Grosso é o estado com a maior taxa de feminicídios: 4,6 a cada 100 mil

Os dados expõem não apenas uma preocupante escalada na violência contra as mulheres. Eles mostram também uma patente subnotificação nos casos de feminicídio – o que os próprios estados admitem.

Três anos após a sanção da Lei do Feminicídio, três estados ainda não contabilizam os números. E outros possuem apenas dados parciais.

Desde 9 de março de 2015, a legislação prevê penalidades mais graves para homicídios que se encaixam na definição de feminicídio – ou seja, que envolvam “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Os casos mais comuns desses assassinatos ocorrem por motivos como a separação.

Os dados levantados pelo G1 mostram uma lenta evolução dos registros de feminicídios no país. Em 2015, ano em que a lei foi sancionada, 16 estados registraram 492 casos. As outras unidades da federação não forneceram registros. Um ano depois, em 2016, 20 estados tiveram 812 crimes. Já em 2017, 24 estados tiveram 946 feminicídios.

“Os operadores do sistema de justiça criminal precisam olhar para a morte de mulheres e saberem quando registrá-las como feminicídios, em um processo que não é apenas técnico, mas também cultural, já que a morte de mulheres é, de certa forma, naturalizada e as violências contra a mulher no cotidiano são aceitas e reproduzidas”, dizem as pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

AUSÊNCIA DE DADOS

Todos os dados foram solicitados pelo G1 via Lei de Acesso à Informação. Em muitos casos, foi preciso recorrer a uma ou duas instâncias para obter uma resposta.

Em outros, foi necessário acionar as assessorias de imprensa das secretarias da Segurança Pública. Mesmo assim, parte diz não possui os números.

Alguns estados admitem que não fazem monitoramento estatístico do feminicídio por conta de “dificuldades técnicas” e “falta de transparência”. Há estados, como Rondônia, onde não há nem sequer distinção por gênero quando analisados os números de homicídios dolosos.

O Maranhão, por exemplo, apenas informa os dados de feminicídio de 2017. E justifica que, por conta da “novidade” da lei que instituiu o crime, muitos casos não foram computados como feminicídio, mas sim como homicídio, sobretudo nos primeiros anos de vigência da lei. Apenas em 2017 houve a criação de um departamento e os dados “começaram a ser computados de maneira correta”, segundo a unidade de estatística e análise criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão. Em Mato Grosso, os dados só foram obtidos com a Corregedoria do Estado.

No Distrito Federal, desde o ano passado, houve uma mudança metodológica nos registros. Todo assassinato de mulher já entra no sistema como feminicídio. Segundo o subsecretário de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do DF, Marcelo Durante, cabe ao processo de investigação definir se ele será “rebaixado ou não”.

“Apesar de a gente ter tido uma redução no número de mortes de mulheres, os feminicídios foram ocupando espaço maior. Isso se dá, especificamente, por conta de a Polícia Civil estar cada vez mais internalizando esses procedimentos. As instituições estão aprendendo a lidar com isso.” (G1)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog					
EDITORIA					
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros					
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa					

Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil

São 4.473 homicídios dolosos em 2017, um aumento de 6,5% em relação a 2016. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Falta de padronização e de registros atrapalham monitoramento de feminicídios



BRÁSILIA

Doze mulheres são assassinadas todos os dias, em média, no Brasil. É o que mostra um levantamento considerando os dados oficiais dos estados relativos a 2017. São 4.473 homicídios dolosos, sendo 946 feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero.

Trata-se de um aumento de 6,5% em relação a 2016, quando foram registrados 4.201 homicídios (sendo 812 feminicídios). Isso sem contar o fato de alguns estados ainda não terem fechado os dados do ano passado, o que pode aumentar ainda mais a estatística.

Para Saurita Bueno e Juliana Martins, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o levantamento mostra que não há o que comemorar no Dia Internacional da Mulher, hoje. "Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Se considerarmos o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o



Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, revela o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil ocuparia a 7ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 93 países."

O delegado Anderson Laibe, titular da Delegacia Especializada em Homicídios contra a Mulher do Espírito Santo, diz que tem ocorrido mais casos de homicídios de mulheres, de uma maneira geral, por envolvimento com o tráfico de drogas.

Escalada na violência

Os dados expõem não apenas uma

preocupante escalada na violência contra as mulheres. Eles mostram também uma patente subnotificação nos casos de feminicídio —aqueles próprios estados admitem. Três anos após a sanção da Lei do Feminicídio, três estados ainda não contabilizam os números. E outros possuem apenas dados parciais.

Desde 9 de março de 2015, a legislação prevê penalidades mais graves para homicídios que se encaixam na definição de feminicídio — ou

seja, que envolvam "violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher". Os casos mais comuns desses assassinatos ocorrem por motivos como a separação.

Os dados levantados mostram uma lenta evolução dos registros de feminicídios no país. Em 2015, ano em que a lei foi sancionada, 16 estados registraram 492 casos. As outras unidades da federação não forneceram registros. Um ano depois,

em 2016, 20 estados tiveram 812 crimes. Já em 2017, 24 estados tiveram 946 feminicídios.

"Os operadores do sistema de justiça criminal precisam olhar para a morte de mulheres e saberem quando registrá-las como feminicídios, em um processo que não é apenas técnico, mas também cultural, já que a morte de mulheres é, de certa forma, naturalizada e as violências contra a mulher no cotidiano são aceitas e reproduzidas", dizem as pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ausência de dados

Todos os dados foram solicitados para a via Lei de Acesso à Informação. Em muitos casos, foi preciso recorrer a uma ou duas instâncias para obter uma resposta. Em outros, foi necessário acionar as assessorias de imprensa das secretarias da Segurança Pública. Mesmo assim, parte diz não possuir os números.

Alguns estados admitem que não fazem monitoramento estatístico do feminicídio por conta de "dificuldades técnicas" e "falta de transparência".

Maranhão

O Maranhão, por exemplo, apenas informa os dados de feminicídio de 2017. E justifica que, por conta da "novidade" da lei que instituiu o crime, muitos casos não foram computados como feminicídio, mas sim

como homicídio, sobretudo nos primeiros anos de vigência da lei. Apenas em 2017 houve a criação de um departamento e os dados "começaram a ser computados de maneira correta", segundo a unidade de estatística e análise criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão. ■

Mais em Alternativo

FIQUE POR DENTRO

Levantamento revela que:

- O Brasil teve 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017 (um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior)
- Do total, 946 são feminicídios (dado considerado subnotificado)
- Em 2015, 11 estados não registraram dados de feminicídios; em 2017, três ainda não tinham casos contabilizados
- Rio Grande do Norte é o que tem o maior índice de homicídios contra mulheres: 8,4 a cada 100 mil mulheres
- Mato Grosso tem a maior taxa de feminicídio: 4,6 a cada 100 mil



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet/ Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 05 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

1/2

Uber deve R\$ 2 milhões a São Luís, diz Prefeitura

Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) já notificou a empresa, que deve à Prefeitura de São Luís valores provenientes de taxas de ISS e outras contribuições que não vêm sendo pagas

A Prefeitura Municipal de São Luís informou que a plataforma Uber deverá começar a recolher aos cofres municipais os valores devidos em tributos pela atuação na capital maranhense. A Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) já notificou a empresa, que deve à Prefeitura de São Luís cerca de R\$ 2 milhões provenientes de taxas de ISS e outras contribuições municipais que não vêm sendo pagas há mais de um ano, período em que a multinacional começou a atuar na capital.

A plataforma que funciona como intermediadora, conectando motoristas e passageiros através do smartphone, retém o seu percentual em cima do serviço prestado, sendo a maior parte das transações realizadas via cartão de crédito. O serviço prestado é tributado, cabendo a Uber o pagamento para o município de São Luís na ordem de 5% de ISS.

De acordo o titular da Semfaz, Delcio Rodrigues, o pa-



Delcio Rodrigues disse que Uber deve recolher imposto para prefeitura

gamento do montante devido nunca ocorreu, o que ocasionou o início do processo de notificação e fiscalização da

Uber para a devida regularização junto ao fisco municipal.

“Entendemos que o serviço é essencial e que não cabe mais

discussões, inclusive deve ser regulamentado pela Câmara Municipal. É fato que a plataforma traz economia ao contribuinte, além de ser uma maior oferta em relação à prestação de serviço de transporte particular. No entanto, se ela presta este serviço, deve recolher o imposto para o município de São Luís”, pontuou o secretário.

Delcio Rodrigues disse ainda que a previsão é de que o município dê continuidade às ações de fiscalização da Uber após a regularização da empresa em todo o país, para o recolhimento de impostos devidos.

Em nota oficial, a Uber informou que está à disposição do Poder Público de São Luís para a criação da regulamentação. Confira:

A Uber paga todos os impostos devidos, de acordo com as leis vigentes. Estamos à disposição do Poder Público de São Luís para criar uma regulamentação moderna que seja positiva para as cidades e as pessoas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	05
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

212

Regulamentação do aplicativo em São Luís

Atualmente, o processo de regulamentação da Uber na capital maranhense está passando por apreciação dos vereadores de São Luís para posterior votação na Câmara Municipal. O assunto é pauta da Casa desde que aplicativo começou a operar na capital, em fevereiro de 2017.

"O pagamento de tributos como o ISS ao município é previsto nos Códigos Tributários Federal e Municipal, da qual o município não pode abrir

mão. O que a Câmara vai regulamentar são outras questões como a idade da frota que circulará na cidade, cobrança de taxas, entre outras questões. Isto não exime a empresa do pagamento do imposto", esclarece o secretário.

A votação do projeto de lei redigida em janeiro do ano passado, que tem o objetivo de regular o uso dos aplicativos de Mobilidade Urbana em São Luís, foi marcada para próxima segunda-feira, 12, na Câ-

mara Municipal de São Luís.

Dentre posturas feitas pelo vereador Marquinhos, provocaram mais polêmica a contenção de motoristas para um número relativo à população de São Luís e curso de 20h ministrado pela SMTT, com objetivo de treinar condutores. Aliado a isso, outras propostas como propriedade do veículo ser do condutor, placa de São Luís e placas de adesivos e identificação, feitas pela Comissão de mobilidade Urbana e vereador

Gernival Alves, também provocaram críticas por parte dos motoristas.

"É necessário manter um controle para que não haja inchaço de motoristas, e não se torne uma bola de neve, com condutores escravos da Uber", disse Marquinhos.

Já em relação às emendas apresentadas, a Uber alegou que estas impõem limites para a mobilidade por aplicativos na cidade e são contrárias à decisão do Congresso Nacional.

Posicionamento da Uber

As emendas apresentadas por alguns vereadores da Câmara Municipal de São Luís vão impedir que a população tenha acesso a uma forma confiável e acessível de se locomover, já presente em todas as capitais do Brasil, além de proibir que os motoristas parceiros gerem renda para suas famílias. Uma das emendas exige um motorista para cada 3,5% da população de São Luís - ou seja, apenas 28 motoristas parceiros da Uber poderão atuar na cidade, cada um atendendo a quase 40 mil pessoas, levando em consideração o total de habitantes da cidade. Outras emendas apresentadas criam restrições retiradas inclusive pelo Congresso Nacional semana passada, no projeto de regulamentação federal, como, por exemplo, a necessidade de ser proprietário do veículo, ter carro emplacado em nos município onde se trabalha, entre outras.

Protestos

Na última terça-feira, 06, motoristas dos aplicativos motoristas de aplicativos de transporte se concentraram em frente à Câmara Municipal de São Luís. A manifestação é pela garantia de determinações dispostas no PL 5587/16, aprovado semana passada, que dispõe sobre a não-obrigatoriedade de placa vermelha, motorista proprietário do veículo e autorização específica da prefeitura para cada motorista. De acordo com os motoristas, que saíram em comboios vindos da Via Expressa e da Avenida Litorânea, a regulamentação feita pela esfera municipal pretende ir de encontro às determinações aprovadas pela Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei 001/2017

Proposto pelo Vereador Paulo Victor no início do ano passado, o projeto de lei tem caráter regulatório. Com 7 artigos, ele propõe capacidade máxima de 7 pessoas; credenciamento dos aplicativos de tecnologia; carros com no máximo 10 anos de uso; e taxação anual.

Uber no Brasil

Foi votado na Câmara dos Deputados no dia 28 de fevereiro, o projeto de regulamentação dos transportes por aplicativos. No projeto que foi aprovado, não exige que os carros necessitem ter a placa vermelha, concedida pelo poder público para poder funcionar nas cidades. No entanto, os municípios e o Distrito Federal serão os responsáveis por regulamentar e fiscalizar os serviços. O texto agora seguiu para sanção presidencial.

O que cabe aos municípios e Distrito Federal

- Exigir que o motorista seja contribuinte individual no INSS;
- Cobrança dos tributos municipais;
- Exigir a contratação de seguro de acidentes pessoais a passageiros e do seguro obrigatório (DPVAT).

O que cabe ao motorista

- Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais;
- Ser portador de Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior contendo a informação de que ele exerce atividade remunerada
- A emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida Geral () Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 08 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Casarão da UFMA é revitalizado no Centro Histórico pelo Iphan

Imóvel na Rua do Sol sedia o Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da UFMA; obra foi realizada com recursos do Governo Federal por meio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A cidade de São Luís recebe no dia 15 deste mês o casarão histórico que sedia o Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Realizada com recursos do Governo Federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a restauração e requalificação do antigo Fórum Universitário Fernando Perdigão teve um investimento de aproximadamente R\$ 3,3 milhões.

Os recursos foram utilizados em dois imóveis, para adaptações e melhorias que vão permitir que eles abriguem o curso de Pós em Direito. A obra foi executada pela UFMA e faz parte do programa do Governo Federal Agora, é Avançar.

A reabertura do prédio representa um importante ganho para a comunidade maranhense. Com a revitalização, o célebre casarão do Centro Histórico de São Luís passa a ser um valoroso espaço educacional que abriga uma biblioteca com aproximadamente 10 mil títulos e recebe anualmente 20 alunos.

Além disso, o edifício conta com sala de convenções, onde acontecem eventos solenes, congressos e conferências, e auditório com capacidade para 90 lugares. Toda essa estrutura passou por intervenção e agora apresenta plenas condições de receber os estudantes e a comuni-

dade maranhense.

A nova configuração do prédio começou a ser desenhada em 2012, quando iniciou-se a elaboração do projeto de intervenção e adaptação do imóvel para funcionar a Pós-Graduação do Curso de Direito. A obra começou em 2015, e entre os serviços realizados estão a restauração e substituição de forros e pavimentação, substituição do elevador, instalações elétricas e cobertura em telha cerâmica.

O sobrado

Paredes alaranjadas, portas e janelas de madeira e portais brancos integram a sede da Pós-Graduação do curso de Direito da UFMA. Localizado na Rua do Sol, esquina com a Rua Godofredo Viana, o prédio possui dois pavimentos e um mirante. Com uma área total de 1.133 m², o antigo Fórum é tombado pelos governos federal e estadual. O imóvel, localizado no Centro de São Luís, integra o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do primeiro urbano protegido pelo Iphan e inscrito na lista de Patrimônio Mundial pela Unesco em 1997.

Da segunda metade do século XVIII, data provável de sua construção, até 1924, o imóvel pertenceu ao professor e poeta Inácio Xavier de Carvalho. Nesse mesmo ano, o Governo do Estado adquiriu o prédio, que foi ampliado e passou



No casarão histórico, na Rua do Sol, funcionou o antigo Fórum Universitário Fernando Perdigão, da UFMA

Divulgação

a ser sede da Faculdade de Direito do Maranhão até 1976. Na década de 1970, foi acrescido um pavimento ao sobrado e, de 1977 até 1995, foi Sede Administrativa da UFMA. Desde 1996, o espaço abrigava o Fórum Universitário e agora sediará o Programa de Pós-Graduação de Direito da UFMA.

Avançar

O programa Agora, é Avançar é um projeto do Governo Federal focado na retomada de obras em todo o país, a fim de oferecer mais crescimento e cidadania para os brasileiros. Até o fim de 2018, o programa pretende concluir 7 mil empreendimentos, incluindo obras de infraestrutura logística, energética, defesa, social e urbana e envolvendo todos os ministérios setoriais.

O Ministério da Cultura, por meio do Iphan, também integra o Avançar, com a previsão de investimentos em 61 ações destinadas ao desenvolvimento das cidades históricas brasileiras.

A inauguração acontecerá no dia 15 de março às 19h, na Rua do Sol, nº 117, e contará com a presença de representantes do Iphan; da presidente Kátia Dógea; do diretor do Departamento de Projetos Especiais, Robson de Almeida; do superintendente do Iphan no Maranhão, Maurício Itapary; do governador do Maranhão, Flávio Dino, e da reitora da UFMA, Nair Portela. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA O Imparcial Pequeno O progresso Atos e Fatos Debate
 Extra A tarde Correio de Notícias O 4º poder Internet / Blog

EDITORIA

Política Cidades / Vida Geral Polícia Outros

DATA

08 / 03 / 2018

PÁG.

03

Gerada Espontânea Positiva Negativa

Sem sinalização, trânsito na Vila Palmeira é caótico

Na Rua Gabriela Mistral, próximo à feira, os motoristas estacionam seus carros por horas; o mesmo ocorre com as motos, que ficam atravessadas na via

As ruas próximas à feira da Vila Palmeira se tornaram uma bagunça. Muitos carros e motos estacionam no acostamento, ocupando os dois lados da via, o que dificulta a passagem de ônibus, que, por serem grandes, têm dificuldade para manobrar. Sobre essa situação, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) informou que vai enviar uma equipe para verificar a situação no local, a fim de incluir as vias no cronograma de sinalização, que está sendo executado em vários pontos de São Luís.

Na Rua Gabriela Mistral, próximo à feira, os motoristas estacionam seus carros por horas, o mesmo ocorre com as motos, que ficam atravessadas na via, muitos estacionam até nas proximidades das paradas de ônibus, atrapalhando quem precisa descer ou subir dos coletivos.

Na Rua Projetada, a situação é semelhante, e além dos veículos parados irregularmente há os feirantes, que armam suas barracas na rua. De um lado, os feirantes e do outro a fila de veículos estacionados, quase não



Pessoas e veículos competem por espaço em via da Vila Palmeira

sobrando espaço para os pedestres, que circulam frenéticos pelo local.

Sinalização

Nas ruas próximas à feira, a falta de sinalização gera irregularidades, refletindo também nos pedestres que frequentam o local. A escassez de faixas de pedestres nas ruas que dão acesso à feira da Vila Palmeira faz com que as pessoas precisem correr para atravessar a via, por medo de algum acidente.

"Isso aqui é muito perigoso para nós. Eu, como idoso, e as crianças,

outro. Omiem mesmo um carro colidiu com uma moto, porque os dois queriam passar ao mesmo tempo em um cruzamento", disse.

A Prefeitura de São Luís informou, por meio de nota, que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) vai enviar uma equipe para verificar a situação existente no local visando a reparagem, a fim de incluir as vias no cronograma de sinalização, que está sendo executado em vários pontos da capital maranhense.

A SMTT comunicou que conta com agentes de trânsito em viaturas, que realizam de forma itinerante o patrulhamento e a fiscalização no bairro da Vila Palmeira, auxiliando os motoristas que estiveram em desacordo com o que diz o CTB. A secretaria esclareceu que a falta de estacionamento, próximo ao local de destino do condutor, não o autoriza a estacionar em locais proibidos, e cabe ao condutor estacionar sempre em local regulamentado. ●

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog					
EDITORIA					
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros Caderno 2					
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa					

Desabamento na Celso Magalhães Vizinhos aguardam com expectativa por demolição de prédio onde funcionou pousada

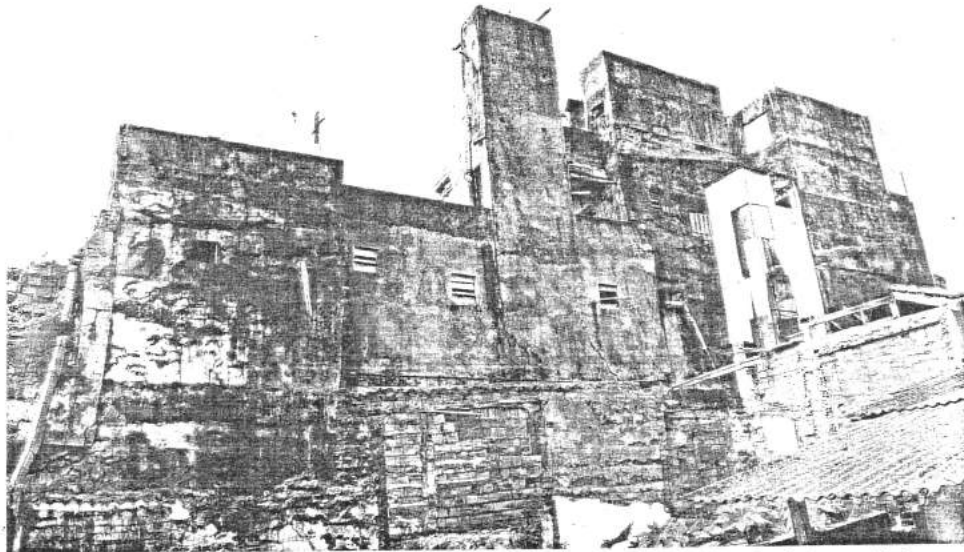
Parte da estrutura do imóvel foi ao chão, no dia 25 do mês passado, após uma forte chuva que caiu na capital maranhense

LUCIENE VIEIRA

Gabriela Pestana e sua mãe moram na Rua Celso Magalhães há 30 anos. Elas são vizinhas de uma antiga pousada abandonada, denominada Momentos, que no dia 25 do mês passado teve parte da sua estrutura desmoronada, quando fortes chuvas caíram na região central da cidade. A família Pestana contou que não vê a hora do imóvel em ruínas ser demolido. Gabriela contou que todas as noites, desde o desabamento, têm dormido com a sua mãe na casa de outra vizinha, que está mais distante do prédio, e não corre o risco de ser atingida, no caso de o que ainda está de "pé" ruir.

Durante o dia, mãe e filha permanecem na residência delas, e se mudam à noite. "São vários dias dormindo na casa 'alheia'. Isso é desconfortável para mim e minha mãe, e se torna um incômodo para a vizinha que nos acolhe. Sonhamos todas as noites para que esse prédio seja logo demolido", disse Gabriela, contando que no último sábado (3) recebeu a visita de representantes da Blitz Urbana.

"Eles nos pediram que nosso imóvel fosse evacuado, pois, se a pousada abandonada cair, nossa propriedade pode ser atingida. Porém, não temos alternativa, se não continuarmos aqui", disse. O sentimento de esperança e de pressa pela demolição da estrutura em ruínas é dividido por outro dono de imóvel na Rua Celso Magalhães, o comerciante Valdir Braz. A casa do "seu" Braz fica ao lado da pousada Momentos. Ele contou que a residência está desocupada há anos, justamente devido ao risco de desmoronamento do prédio. No muro da residência do comerciante há uma placa de vendas. Valdir Braz atualmente mora no bairro do Bequimão, saiu da Celso Magalhães devido ao medo de sua família ser atingida pelos destroços da pousada, pois, o risco de o imóvel desabar, segundo a vizinhança, sempre foi grande. O morador chegou a vender sua casa, mas o novo proprietário teria desfeito o negócio, também temendo o desabamento. "Se a pousada for demolida, vou reformar minha antiga residência, e voltar a morar na Celso Magalhães", disse o comerciante.



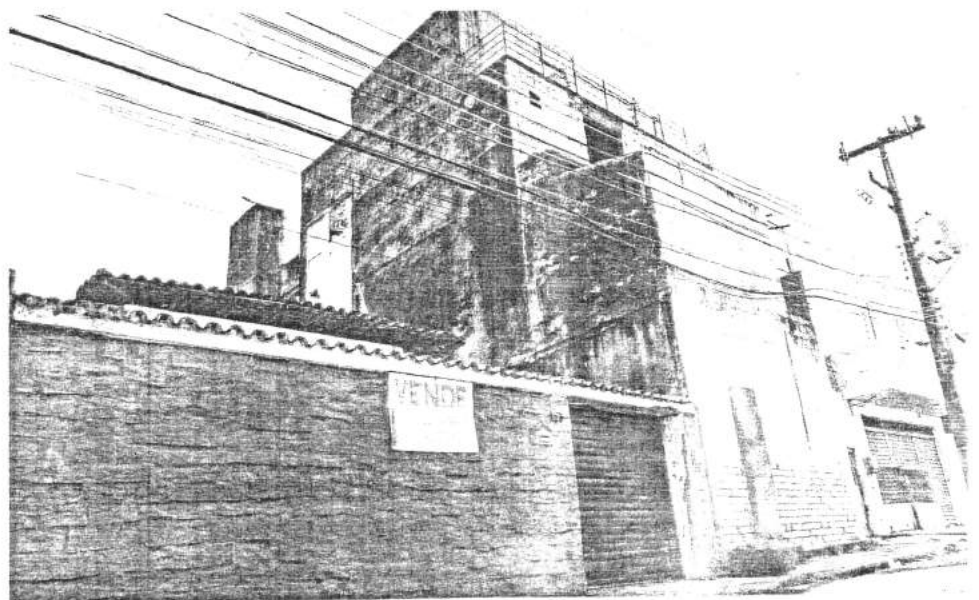
A estrutura da antiga pousada está totalmente condenada, com risco iminente de desabar, fazendo necessária sua demolição com urgência

ao informar que até ontem (7), nem a Defesa Civil Municipal e nem os proprietários da Momentos o teriam procurado.

LAUDO CONDENOU ESTRUTURA

O prédio situado na Rua Celso Magalhães, no Centro, que teve parte de sua estrutura desabada no início da tarde de domingo, 25 de fevereiro, terá de ser demolido, conforme laudo da Defesa Civil Municipal, órgão ligado à Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semusc).

De acordo com a coordenadora técnica da Defesa Civil Municipal, a arquiteta Kelly Pereira, a pousada tem uma fundação inapropriada para as ampliações que foram feitas ao longo dos anos. Kelly Pereira disse ainda que o imóvel apresenta baixa qualidade construtiva, tanto no material utilizado na construção da pousada, quanto nos serviços feitos; e o desnível no fundo da estrutura em ruínas seria muito grande. "Deus está segurando esse edifício. Não há possibilidade alguma de o imóvel ser reformado, o



Por medo de ser soterrado pelos escombros do prédio, dono de casa ao lado colocou seu imóvel à venda

FOTOS: GILSON FERREIRA

problema só deverá ser resolvido com a demolição", afirmou a arquiteta.

A superintendente da Defesa Civil Municipal, Eliãnia Barros, informou que o laudo do órgão foi concluído no dia 26 de fevereiro, um dia após uma parte da estrutura abandonada ter desabado. "Nós somos um órgão de emergência. Já concluímos com o que nos compete, que foi a vistoria no dia do incidente, e o relatório. Encaminhamos o caso para a Blitz Urbana", disse Eliãnia.

De acordo com o laudo elaborado pela Defesa Civil Municipal, o procedimento de demolição deve ser custeado pelos proprietários do imóvel. Serviço que, conforme apurado pelo **Jornal Pequeno**, o método poderá ter despesa superior a R\$ 100 mil.

A reportagem do JP conseguiu falar com o filho de um dos donos da antiga pousada. Ele se identificou como José Francisco, e afirmou que já estão sendo tomadas todas as providências para a demolição do imóvel; no entanto, não deu detalhes do que está sendo feito.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
(X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros *Capa*

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



A VÍTIMA LEVOU VÁRIAS FACADAS QUANDO ESPERAVA UM ÔNIBUS PARA VENDER BOMBONS

Mulher é morta a facadas em parada de ônibus em São Luís

PÁGINA 7



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
(X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

FEMINICÍDIO

Vendedora ambulante morre após ser esfaqueada em parada de ônibus

Uma vendedora ambulante conhecida apenas como Flávia, 25 anos, foi assassinada a golpes de faca por um homem que não foi identificado, até o fechamento da edição, no início da tarde desta quarta-feira (8), no bairro da Cohab-Anil.

Segundo informações, a vítima, que ganhava a vida vendendo balas em coletivos, estava em uma parada de ônibus situada às margens da Avenida Jerônimo de Albuquerque, quando foi esfaqueada pelo elemento.

O Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) também confirma que a vítima vendia bombom em ônibus e aguardava o coletivo, para oferecer os produtos aos passageiros, quando começou uma discussão com o suspeito que sacou uma arma



A vítima veio a óbito antes de ser socorrida pelo SAMU

branca e golpeou a vítima.

A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa

(SHPP) esteve no local em que ocorreu o assassinato e vai analisar imagens de câme-

ras segurança da região para identificar o autor das facadas, que seria marido da vítima.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Noticias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	05
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mulher é morta a facadas em via pública na Cohab

Vítima vendia bombons em um ponto de ônibus quando foi golpeada por um homem com quem teria um relacionamento; polícia não confirma feminicídio

Uma vendedora ambulante de bombons, identificada apenas como Flávia Silva Freitas, 31 anos, foi assassinada a golpes de faca em uma parada de coleiros, nas proximidades do Dalplaza Center no bairro da Cohab, no começo da tarde de ontem. Há informações de que o autor desse crime seria o seu ex-companheiro, não identificado, e que também trabalha com venda de bombons nos coletivos da Ilha.

Populares que presenciaram a vítima ser esfaqueada ficaram em estado de choque. O golpe atingiu o

trax de Flávia. Houve tumulto e confusão, mas o clima de tensão foi contornado com a chegada da polícia.

Segundo informações da polícia, a vítima estava discutindo com o acusado e logo depois foi esfaqueada. Toda a ação criminosa foi presenciada por uma amiga de Flávia, que ficou em estado de choque. O acusado fugiu correndo com a faca suja de sangue, em direção ao bairro da Vila Isabel.

Guarnições da Polícia Militar foram acionadas e isolaram a área. A vítima ainda foi atendida pelos socorristas do Serviço de Atendimento

Móvel de Urgência (Samu), mas morreu antes de chegar ao hospital. O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser periciado.

A delegada Viviane Azambuja, chefe do Departamento de Feminicídio, órgão ligado à Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), informou que até a tarde de ontem não podia considerar esse crime como feminicídio devido não saber a real motivação.

Viviane Azambuja também declarou que uma equipe de policiais da

SHPP foi ao local do crime com o objetivo de ouvir as testemunhas e colher as imagens das câmeras de segurança para identificar o acusado e manter sua prisão ainda em flagrante.

A amiga da vítima teria dito aos policiais militares que o autor do crime bárbaro mantinha uma relação matrimonial com Flávia, mas a Polícia Civil não confirmou essa informação.

Identificado

Somente ontem a polícia identificou o corpo encontrado no fim da tarde de terça-feira, 6, em uma área de marginal, na área do Coroadinho. Trata-se de Marcus Vinícius Rosa Dias, de 23 anos. De acordo com a polícia, a vítima era moradora da área e estava desaparecida desde dezembro do ano passado. Há possibilidade de esse crime ter sido praticado por integrantes de facções criminosas. ●

Polícia de Imperatriz investiga execuções

Só este ano, três pessoas envolvidas com tráfico de entorpecentes já foram executadas na cidade

Uma série de execuções de pessoas acusadas de envolvimento com o tráfico de entorpecente vem ocorrendo em Imperatriz. Somente este ano, três pessoas suspeitas de comandar a comercialização de droga na Região Tocantina foram assassinadas a tiros, de acordo com as informações da polícia. Ainda ontem, a polícia não havia conseguido prender os dois acusados de terem assassinado o ex-policia militar, José Gomes da Silva, o Ze Ruela, de 31 anos, fato ocorrido no último dia 1º deste mês, no bairro Jardim São Luis, nessa cidade.

O caso está sendo investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoas (DHPP). A vítima, segundo a polícia, era ex-presidiária.

Integra em oestadoma.com/442776

NA WEB

Furto de energia é descoberto no Vassoural
oestadoma.com/442775

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Tenente-coronel Eriverton chega a São Luís e é interrogado na Seccor

GILSON FERREIRA

Militar é ex-comandante do 21º BPM e aparece como suspeito de integrar quadrilha de contrabandistas

NELSON MELO

Em um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA), desembarcou em São Luís, no início da tarde dessa quarta-feira (7), na Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), no Outeiro da Cruz, o tenente-coronel Antonio Eriverton Nunes Araújo, ex-comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar (21º BPM). Preso em Belém, capital do Pará, ele tem contra si mandado de prisão preventiva em virtude de ser suspeito de integrar a quadrilha de contrabandistas desarticulada no mês passado. Conforme acompanhou a reportagem do Jornal Pequeno, o oficial da Polícia Militar do Maranhão chegou ao pátio da SSP/MA por volta das 13h40, sendo que o comandante do CTA, o coronel Ismael Fonseca, seguiu ao Pará a fim de buscá-lo juntamente com os demais membros da equipe. Homens do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), comandado pelo coronel Sodré, cercaram a área onde o helicóptero estava, para impedir a entrada de pessoas não autorizadas.

À imprensa, o tenente-coronel Eriverton apenas disse brevemente que “não estava sabendo sobre o teor da acusação e que iria provar sua inocência”. Em seguida, entrou na viatura do Bope e foi encaminhado ao prédio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), no São Francisco, onde foi interrogado pela equipe que investiga o esquema do

contrabando, que começou a ser desmontado no dia 22 de fevereiro deste ano, quando um sítio utilizado pela quadrilha foi descoberto pela polícia. O imóvel fica no Arraial, região do Quebra Pote, zona rural de São Luís.

PRESO NO PARÁ

O tenente-coronel Eriverton estava no Pará participando de um curso de formação, mas acabou interrompendo o momento porque há um mandado de prisão preventiva decretado a pedido da Polícia Civil maranhense. Em áudios telefônicos do ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia – considerado o líder do esquema do contrabando –, interceptados judicialmente pela Polícia Civil, é citado que o oficial planejava as escalas do 21º BPM justamente para que os galpões onde os produtos eram armazenados, no Quebra Pote e outros pontos da zona rural, não fossem descobertos por policiais que não sabiam do esquema. Porém, para a infelicidade do bando, houve uma mudança de comando daquele batalhão, passando a assumir o tenente-coronel Harlan, que modificou as escalas, deixando a quadrilha em pânico, pois o esquema poderia ser descoberto a qualquer momento, o que de fato aconteceu. Até o momento, nove policiais foram presos em virtude dessa grande rede criminosa, que teria a participação, além de membros das forças policiais, de políticos e empresários. Antônio ficou à frente do batalhão de junho de 2017 a 31 de janeiro deste ano.



O tenente-coronel Eriverton chegou à sede da SSP, acompanhado pelo coronel Ismael Fonseca, comandante do CTA

Após ser ouvido na Seccor pelo delegado Roberto Fortes, ele foi levado ao Instituto Médico Legal (IML), para a realização de exames de corpo de delitos. Em seguida, foi encaminhado ao Comando Geral da Polícia Militar, onde ficará preso, aguardando o resultado do inquérito e processo sobre o caso do contrabando.

ENTENDA O CASO

Por volta da meia-noite do dia 22 de fevereiro, foram presos o major Luciano Fábio Farias Rangel, o 2º sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho e o soldado Fernando Paiva Moraes. O ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia, também foi preso. Ele foi apontado como o articulador de todas as operações que aconteciam no sítio do Quebra Pote, que era a porta de entrada do contrabando. A operação apreendeu diversas armas, drogas e contrabando. Além do sítio, os materiais foram localizados em duas carretas, dois galpões e

outros veículos menores.

O delegado Thiago Bardal, então superintendente de investigações criminais (Seic), também foi capturado como resultado da investigação, pois foi abordado por uma guarnição da Polícia Militar no Arraial, no dia 22 de fevereiro. A equipe da PM participava da operação que desarticulou uma quadrilha que contrabandeava armas, drogas, bebidas e cigarros, por meio de um porto particular localizado naquele sítio.

Durante a abordagem, Thiago Bardal, que estava acompanhado do advogado Ricardo Belo – que igualmente está preso por conta do envolvimento no esquema –, apresentou versões contraditórias sobre o motivo de estar naquela região, o que levantou suspeita sobre o envolvimento dele com a quadrilha de contrabandistas. Thiago Bardal foi exonerado da chefia da Seic e, em seu lugar, assumiu a delegada Nilmar da Gama.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia () Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Homem é preso pela Seic por desviar energia por ligação subterrânea

Dando continuidade à "Operação Prospector", a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) prendeu, no Loteamento Parque Nova Era Vassoural, situado no município de São José de Ribamar, Mário Evaldo Maniçoba, por furto de energia elétrica. Ele desviava a energia por meio de uma ligação clandestina subterrânea. A captura ocorreu na manhã dessa quarta-feira (7).

O delegado Paulo Roberto, do Departamento de Defesa dos Serviços Delegados

Públicos (DDSD), um setor da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), contou que as equipes seguiram ao local para dar cumprimento a mandado de busca e apreensão, sendo que os peritos criminais detectaram o furto de energia e descobriram o mecanismo subterrâneo. Do subsolo, explicou o delegado, a energia elétrica passava pela derivação e alimentava toda a casa de Mário, para que funcionasse tudo por lá, como motor para piscina, ar-condicionado e churrasqueira.

A propriedade, segundo o delegado, é luxuosa. Os peritos deduziram que o crime vem sendo cometido desde a construção do imóvel, sendo que a casa é muito antiga. O suspeito foi encaminhado à Seic, onde pagou fiança e vai responder em liberdade. Paulo Roberto frisou que esta operação começou no interior do Maranhão, na região do Médio Mearim. Nesta segunda fase, o foco será a região metropolitana de São Luís, onde outras incursões ocorrerão. (NELSON MELO)

Condutor de motocicleta morre após ser atropelado por automóvel

Na noite de terça-feira (6), por volta das 19h, Luís Apolinário Silva morreu em um acidente fatal ocorrido na BR-135, no município de São Mateus/MA. Foi dito pelo major Zaddock, que comanda o 23º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que ele guiava uma motocicleta Honda Fan preta, de placa NNI-7147, que se envolveu em colisão com um Renault Sandero preto, de placa PZO-6350. Zaddock disse que o condutor do Sandero, Wesley Santos Costa, contou que perdeu o controle da direção ao passar por cima de um buraco, invadindo a contramão da rodovia, batendo frontalmente na motocicleta. Devido ao impacto, o piloto da moto teve morte instantânea. O motorista do Renault não aparentava estar embriagado. (NM)

Na Cohab Vendedora ambulante morre após ser esfaqueada em parada de ônibus

A vendedora de bombons Flaviana Silva Freitas, de 32 anos, morreu, no início da tarde dessa quarta-feira (7), pouco depois do meio-dia, quando era socorrida em uma ambulância. Momentos antes, ela estava no bairro da Cohab-Anil, em São Luís, em uma parada de ônibus situada às margens da Avenida Jerônimo de Albuquerque, quando foi esfaqueada por um desconhecido. Sobre o caso, o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) comunicou que Flaviana vendia bombons em ônibus e aguardava o coletivo, para oferecer os produtos aos passageiros, quando começou uma discussão com o suspeito, que sacou uma arma branca e golpeou a vítima. A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) esteve no trecho em que ocorreu o assassinato e vai



Flaviana Freitas não resistiu aos ferimentos a caminho do hospital

analisar imagens de câmeras comerciais da região para identificar o autor das facadas, que seria marido da vítima. (NM)

Marido é preso por agredir a esposa grávida de oito meses

Na noite de terça-feira (6), por volta das 22h, no município de Codó/MA, foi preso em flagrante Rodrigo Costa do Nascimento, de 23 anos. Segundo relatado pelo 17º Batalhão de Polícia Militar (BPM), ele agrediu sua esposa, que está grávida de oito meses e que sofreu diversos arranhões pelo corpo. A prisão aconteceu na 4ª Travessa João Lisboa, bairro Morro da Televisão. O comando do 17º BPM descreveu que a vítima levou socos no rosto e no abdômen, assim como também teve o pescoço apertado pelo marido. O autor das agressões foi apresentado no Plantão Central de Polícia Civil de Codó. (NM)

Suspeito é capturado com espingarda e drogas

Policiais do 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM) apreenderam diversos materiais ilícitos, incluindo uma espingarda de fabricação caseira e entorpecentes, em abordagem registrada na madrugada dessa quarta-feira (7). A guarnição fez incursão em uma "boca de fumo" na Rua Jaçanã, Vila Zé Arlindo, na cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Um suspeito foi preso. Nas palavras do comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Diniz Vasconcelos, um mototaxista informou que um traficante lhe pediu que avisasse aos usuários de drogas da região que, a partir daquele momento, não vendia apenas "pedra" (crack), como, também, "pó" (cocaína). Sendo assim, os policiais seguiram ao endereço do suspeito e o prenderam com a arma de fogo; 16 trouxinhas de crack; uma porção de cocaína e outros materiais. O suspeito foi identificado como Ruan da Silva Nascimento, segundo relatado pelo tenente-coronel Diniz Vasconcelos. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate				
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros				
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Tenente-coronel preso por suspeita de contrabando presta depoimento em São Luís



Tenente-coronel é o nono policial preso por suspeita de envolvimento em uma quadrilha

O tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes Araújo chegou em São Luís na tarde de ontem (7). Ele foi preso em Belém-PA, onde fazia um curso. A prisão foi decretada pela Justiça por ele ser suspeito de participar da quadrilha que contrabandeava armas, cigarros e bebidas, no Maranhão.

Um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) foi o responsável por trazer o tenente-coronel, que desembarcou no início da tarde na sede da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA). Da secretaria, ele seguiu para a Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), onde presta o seu primeiro depoimento. O tenente-coronel Eriverton comandou o 21º Batalhão de Polícia Militar até janeiro deste ano.

Até o momento, as investigações confirmaram que a quadrilha de contrabandistas tinha dois galpões clandestinos, que guardavam uma grande quantidade de bebidas e cigarros. Uma mercadoria avaliada em R\$ 100 milhões. A suspeita é de

que os produtos chegavam de navio. Ainda não se sabe de onde vinha o contrabando.

Já foram presas 16 pessoas, entre elas o Delegado Tiago Bardal, que era superintendente estadual de investigações criminais (Seic), um dos cargos mais importantes da Polícia Civil do Maranhão. Além dele, estão presos o ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa, o coronel da PM, Reinaldo Elias Francalanci, e o major Luciano Rangel, ex-subcomandante do 21º BPM.

Segundo as investigações, o Major Rangel e outros cinco policiais usavam uma viatura da PM para fazer escolta dos caminhões que transportavam cargas ilegais. Ainda de acordo com a denúncia, o esquema pagava ao Major Rangel a quantia mensal de R\$ 50 mil, e entre R\$ 6 e R\$ 10 mil aos policiais subordinados à ele. O tenente-coronel Antônio Eriverton é o nono militar preso nos últimos 15 dias por suspeita de envolvimento com os contrabandistas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
Outros			
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	08 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação policial prende pessoas por furto de ENERGIA



O delegado Paulo Roberto da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic) comandou na manhã de ontem (7), mais uma etapa da Operação "Prospector", no Loteamento Parque Nova Era Vassoral, no município de São José de Ribamar.

Durante a operação, um homem, identificado como Mário Evaldo Maniçoba (foto), foi preso em flagrante por furto de energia, em uma ligação clandestina subterrânea. O suspeito já foi encaminhado para a sede da Seic, no bairro de Fátima. Na semana passada, essa mesma operação esteve no município de Coarátá e cinco pessoas foram presas em flagrante.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros	
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	09 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Homem com mandado de prisão em aberto é preso em Imperatriz

Na terça-feira (6), policiais do 14º Batalhão da Polícia Militar cumpriram um mandado de prisão em desfavor de Moisés Escorcio Andrade. Ele foi preso durante abordagens na Vila Vitória. Após busca pessoal e consultas documentais, pelo Serviço de Inteligência, foi constatado que, contra ele havia um mandado de prisão a cumprir, pelo crime de furto, previsto do Artigo 155 do Código Penal Brasileiro. Moisés foi conduzido para o Plantão Central da Polícia Civil, onde deve permanecer à disposição da Justiça.

Suspeitos de arrastão são mortos durante confronto com a PM

Durante confronto com a Polícia Militar, morreram dois homens suspeitos de integrarem quadrilha que fez arrastão em duas agências bancárias, além dos Correios e uma lotérica de Aldeias Altas (MA).

Um deles foi identificado como Marlon de Souza Damasceno (28 anos), natural do município onde foi realizado o arrastão. A polícia aguarda a confirmação do Instituto Médico Legal (IML) de Timon para identificar o outro assaltante.

Com a dupla, foram encontradas uma espingarda calibre 12 com muita munição e uma pistola 9 mm, além de dois coletes à prova de bala.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
(X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Tenente-coronel acusado de ser contrabandista presta depoimento

– O tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes de Araújo, 49 anos, ex-comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, acusado de integrar organização criminosa especializada em contrabando, chegou em São Luís no início da tarde desta quarta-feira (7) para prestar depoimento para a polícia.

Antônio Eriverton, que foi preso na terça-feira (6), quando fazia um curso de aprimoramento em Belém, disse que é inocente e que vai provar que não tem nenhum tipo de ligação com o bando.

Após prestar depoimento na sede da Superintendência de Combate a Corrupção (SECCOR) e ele seguirá para o Instituto Médico Legal (IML) e depois para ficar preso no presídio militar, o Manelão.

Antônio Eriverton Nunes



de Araújo, que foi preso para cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, comandava o batalhão policial (zona rural de São Luís) que cobria a região onde os criminosos mantinham sítios com as cargas contrabandeadas. Segundo a polícia, ele

foi citado em depoimentos das pessoas que já haviam sido presas. Ele assumiu o comando do 21º Batalhão no dia 8 de junho do ano passado e tinha como subcomandante, o major Luciano Fábio Rangel, que está preso desde o dia 22 de fevereiro, acusado também de fazer parte dessa quadrilha.

Assaltante rouba moto e é preso em flagrante

Lenilson Matias da Silva, 19 anos, foi segurado por populares após ter tomado de assalto uma moto Biz branca de placa OYA-2712 e um celular, o roubo aconteceu nesta quarta-feira por volta do meio-dia, na Avenida Imperatriz, Bairro Conjunto Planalto.

A Guarnição do Santa Rita, composta pelo Cabo Rangel e soldados Wendel e Augusto, foram até o local e fizeram a prisão de Lenilson Matias, teve que ser levado para Hospital Socorrão, para ser medicado devido ter sofrido agressões leves dos populares.

Após ser medicado os policiais fizeram a apresentação do preso no Plantão Central da 10ª Delegacia Regional de Segurança, a vítima do roubo fez o reconhecimento do acusado, Lenilson Matias da Silva, foi autuado em flagrante pelo crime de roubo, na manhã desta quinta-feira e encaminhado para Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, no Parque do Buriti, antiga CCPJ.



Lenilson Matias da Silva



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	07 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia prende homem furtando energia em condomínio, em Ribamar

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seinc), prendeu, nesta quarta-feira (7), durante a operação "Pau no Gato", Mário Evaldo Maniçoba, acusado de furto de energia em uma ligação clandestina subterrânea.

De acordo com informações do delegado Paulo Roberto, a operação ocorreu no Loteamento Parque Nova Era, Vassoral.

Mário Evaldo foi preso em flagrante, sendo conduzido para o Departamento de Defesa dos Serviços Delegados Públicos no Bairro de Fátima.



Mário Evaldo foi preso em flagrante



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (X) Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

DATA 08 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

SÃO LUÍS

Tenente-coronel preso por suspeita de contrabando presta depoimento

G1 MA - O tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes Araújo chegou em São Luís na tarde de ontem (7). Ele foi preso em Belém-PA, onde fazia um curso. A prisão foi decretada pela Justiça por ele ser suspeito de participar da quadrilha que contrabandeava armas, cigarros e bebidas, no Maranhão.

Um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) foi o responsável por trazer o tenente-coronel, que desembarcou no início da tarde na sede da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA). Da secretaria, ele seguiu para a Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), onde presta o seu primeiro depoimento. O tenente-coronel Eriverton comandou o 21º Batalhão de Polícia Militar até janeiro deste ano.

Até o momento, as inves-



Tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes Araújo desembarcou na tarde de quarta

tigações confirmaram que a quadrilha de contrabandistas tinha dois galpões clandestinos, que guardavam uma grande quantidade de bebidas e cigarros. Uma mercadoria avaliada em R\$ 100 milhões. A

suspeita é de que os produtos chegavam de navio. Ainda não se sabe de onde vinha o contrabando.

Já foram presas 16 pessoas, entre elas o Delegado Tiago Bardal, que era superinten-

dente estadual de investigações criminais (Seic), um dos cargos mais importantes da Polícia Civil do Maranhão. Além dele, estão presos o ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa, o coronel da PM, Reinaldo Elias Francalanci, e o major Luciano Rangel, ex-subcomandante do 21º BPM.

Segundo as investigações, o Major Rangel e outros cinco policiais usavam uma viatura da PM para fazer escolta dos caminhões que transportavam cargas ilegais. Ainda de acordo com a denúncia, o esquema pagava ao Major Rangel a quantia mensal de R\$ 50 mil, e entre R\$ 6 e R\$ 10 mil aos policiais subordinados à ele. O tenente-coronel Antônio Eriverton é o nono militar preso nos últimos 15 dias por suspeita de envolvimento com os contrabandistas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <i>Estado Maior</i>		
DATA	08 / 03 / 2018	PÁG.	03	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Cadê eles?

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, ainda precisa esclarecer pontos fundamentais do caso envolvendo a quadrilha de contrabando no Maranhão.

Em suas entrevistas logo que estourou o caso, ele chegou a afirmar o envolvimento de dois deputados estaduais e um secretário do seu próprio governo no crime.

Para quem levou à cadeia quatro oficiais da PM e um dos chefes da Segurança no estado, Portela parece ter recuado com as questões políticas que envolvem o caso.

“Show”

Na presença de jornalistas, a chegada do tenente-coronel Antônio Eri-vertton Nunes, ontem, a São Luís beirou uma cena midiática.

Preso sob suspeita de envolvimento no caso da quadrilha de contrabandistas, ele chegou de helicóptero, devidamente escoltado por dois policiais.

Ainda assim, foi recebido por mais policiais, fortemente armados, seja para prevenir qualquer tentativa de fuga ou para causar impacto diante de jornalistas que registravam a chegada do suspeito.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	08 / 03 / 2018
PÁG.	05
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Coronel nega envolvimento com a máfia do contrabando

Ex-comandante do 21º BPM, preso em Belém, é trazido para São Luís, depõe na Seccor, diz que não sabe do que está sendo acusado e que vai provar sua inocência; militar já está no presídio do comando da PM, no Calhau

ISMAEL ARAÚJO
Da equipe de O Estado

O ex-comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes de Araújo, de 49 anos, está desde o início da noite de ontem preso em uma das celas do presídio militar conhecido como Mandelão, na sede do comando geral da Polícia Militar, no Calhau. De acordo com informações da polícia, o oficial foi preso na tarde de terça-feira, 6, na região da Grande Belém, no Pará, acusado de fazer parte da organização criminosa especializada em contrabando de carga, da qual faz parte policiais e policiais. Uma operação da polícia na madrugada do dia 22 de fevereiro acabou prendendo uma parte do bando em um sítio, no povoado Arraial, no Quebra-Pote.

"Não estou sabendo do que estou sendo acusado, mas vou provar a minha inocência", declarou Antônio Eriverton ao desembarcar do helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA), na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira. Ele disse, também, que foi desido quando estava fazendo um curso de especialização de polícia na Escola Militar da Polícia do Pará, em Marituba, localizada na região da Grande Belém.

Após a detenção, o oficial foi levado para a sede do comando geral da Polícia Militar do Pará, na capital paraense e na manhã de ontem apresentado ao comandante do Centro Tático Aéreo (CTA), coronel Ismael Fonseca. Ele chegou a São Luís no co-



Tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes de Araújo, quando chegava a São Luís, escoltado por militares

mio da tarde e foi levado para Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), no São Francisco, escoltado pela viatura do Batalhão de Operações Especiais (Bope).

O coronel Sodré, comandante do Bope, informou que a determinação da cúpula da SSP era para apresentar Antônio Eriverton ao superintendente da Seccor para ser ouvido e em seguida apresentado ao comandante geral da Polícia Militar, onde vai ficar preso, à disposição do Poder Judiciário.

O tenente-coronel Eriverton estava acompanhado na sede da Seccor do seu advogado, Wanderson

Barbosa, que afirmou que, ao tomar ciência sobre o teor da prisão, vai tomar as devidas providências. O advogado declarou, ainda, que o seu cliente tem 27 anos de carreira policial e ate o momento não havia nada que desabonasse a sua conduta.

Habeas corpus

O pedido de habeas corpus em favor do ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, também acusado de fazer parte desse bando, vai ser apreciado ainda esta semana pelo desembargador João Santana de Sousa, que faz parte da 1ª Câmara

Criminal do Tribunal de Justiça.

Na última terça-feira, a desembargadora plantonista Nelma Celeste de Souza redistribuiu o pedido de habeas corpus, impetrado pelos advogados do defesa de Bardal. Eles alegaram que o seu cliente estava preso desde o último dia 2 em uma das celas da unidade prisional destinada a policiais civis, na Cidade Operária, em cumprimento a uma ordem judicial assinada pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, Ronaldo Maciel. Nesse pedido, foi alegado que Bardal era acusado de cometer crime de contrabando, que compete à Justiça Federal, e a

NÚMERO

R\$ 100 milhões

É quanto a polícia avalia a carga de cigarros e uísque apreendida com os contrabandistas em três depósitos descobertos na zona rural de São Luís

peça acusatória ainda está na fase pré-processual de investigação.

O magistrado João Santana também vai apreciar o pedido de habeas corpus solicitado pela defesa do tenente-coronel da Polícia Militar, Reivaldo Elias Fraxcalanci, que está preso desde a tarde de sábado, 3, acusado também de fazer parte dessa organização criminosa.

Já o pedido de habeas corpus impetrado pelos advogados de defesa de Ricardo Jefferson Muniz Belo, que também foi preso acusado de integrar esse bando, no fim de semana, foi denegado pelo desembargador plantonista, Kleber Costa Carvalho.

Mais prisões

Também estão presos, acusados de fazer parte do bando, o soldado da Polícia Militar, Patrick Sérgio Moraes Martins; o ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia; o sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho; o soldado Fernando Paiva Moraes Junior; o soldado Paulo Luizardo Carneiro Nascimento e os civis José Carlos Gonçalves,

“Não estou sabendo do que estou sendo acusado, mas vou provar a minha inocência”

TENENTE-CORONEL
ANTÔNIO ERIVERTON,
acusado de integrar bando de
contrabandistas

Eder Carvalho Pereira, Edmilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes.

Entenda o caso

Durante a madrugada do dia 22 de fevereiro deste ano, foi realizada uma operação da Polícia Militar que desarticulou uma organização criminosa especializada em contrabando de mercadorias oriunda do Suriname. A base desse bando era um sítio no povoado Arraial, no Quebra-Pote, onde foi presa uma parte do bando criminoso e depois conduzida à sede da Seccor, no bairro do São Francisco. Ainda no local, foram apreendidos arma, munição, veículos e carga de cigarro e uísque. No decorrer da investigação, mais dois galpões foram encontrados, e a carga contrabandada é avaliada em torno de R\$ 100 milhões. ●

VIDEO NA
VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com